



Handwritten signature

ATA Nº15/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

DIA 8 DE JULHO DE 2026

Presenças:

Presidente

Luís António Pita Ameixa

Vice-Presidente:

José Inácio Guerreiro Costa

Vereadores Eleitos:

João Manuel Casaca Português

Maria Armanda Palma Salgado

Cláudia Sofia Hilário Pirocas

Faltas:

Não houve

Local: Sala de Sessões do Município

Secretariou: Sónia Martins Amaral – Chefe do Serviço Jurídico e Institucional

LH.
P

-----Verificada a existência de quórum, quando eram quinze horas, o Senhor Presidente deu início à reunião. A Ordem de Trabalhos foi entregue antecipadamente a todos os membros da câmara, nos termos do nº 2 do artigo 53º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e é a seguinte:

A- Antes da ordem do dia

A.1 – Informações dos pelouros;

A.2 – Outros Assuntos;

A.3 – Resumo de tesouraria.

B- Ordem do dia

B.1 – Ata da reunião anterior (n.ºs 13 e 14 de 2026);

B.2 – Apoio às freguesias;

B.3 – Edificação e urbanização;

B.4 – Serviços nos cemitérios municipais e cremações;

B.5 – Apoio a entidades e atividades diversas;

B.6 – Direitos de preferência;

B.7 – Licença especial de ruído;

B.8 – Trânsito;

B.9 – Pagamento a prestações;

B.10 – Ninho de empresas

B.10.1 – Pedido de prorrogação do prazo contratual;

B.10.2 – Candidatura a instalação no Ninho de Empresas;

B.11 – Contrato de prestação de serviços;

B.12 – PDM. Alterações no âmbito da delimitação da reserva ecológica natural.

C- Período de Intervenção do Público

D- Aprovação da Minuta da Ata

-----**A.1- INFORMAÇÕES DOS PELOURS**-----

-----O Senhor **Presidente** informou acerca da proposta dos serviços em realizar o horário de verão, foi sugerida a jornada continua das oito horas às catorze horas. Vai sair um despacho neste sentido, sem prejuízo de alguns serviços diferenciados e os operacionais manterem o horário contínuo que já vêm praticando. -----

A Biblioteca Municipal iniciou no dia de ontem uma atividade na Piscina Municipal, que irá decorrer até finais do mês de agosto durante a manhã, em que a Biblioteca vai à piscina.-----

-----O Senhor Vereador **José Costa** apresentou os dados relativos ao relatório referente ao mês de abril, maio e junho acerca dos transportes efetuados e combustível gasto. Relativamente ao CROFA entre o período de 8 de maio a 30 de junho, verificaram-se 3 adoções e 52 esterilizações de felinos. Na semana passada teve lugar uma ação de formação de manuseamento de tacógrafos, para todos os motoristas.-----

-----A Senhora Vereadora **Cláudia Pirocas** informou acerca da presença do Município na Feira Internacional do Artesanato, entre os dias 27 de junho a 7 de julho. Durante os meses de julho e agosto decorrem as atividades de Férias de Verão através do Projeto Ferreira + Futuro CLDS. Falou acerca da sua presença no 50.º aniversário do aniversário do Grupo Coral Misto Os Rurais de Figueira dos Cavaleiros.-----

-----**A.2- OUTROS ASSUNTOS**-----

-----**(473)** – Através do registo externo n.º 7720/2026, foi remetida a resposta por parte da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ao e-mail enviado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na sequência das notícias da morte de animais em Fortes.-----

-----Para conhecimento.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----



-----O Senhor Vereador **João Português** sobre este ponto entregou um documento e solicitou que o mesmo fosse transcrito em ata: “Registamos que a DGAV (Direção Geral da Alimentação e Veterinária) não tenha qualquer registo de mortalidade de animais na sua plataforma existente para o efeito e que o veterinário, bem como a GNR local não tenham conhecimento de qualquer situação de mortalidade anormal no concelho. A verdade, é que se não existir o registo oficial de mortes de animais de pastoreio, é obrigatório e da responsabilidade dos respetivos produtores. Caso não sejam comunicados dados sobre a mortalidade, esta é considerada inexistente, mas não quer dizer que não tenham ocorrido. Realçar também, pela positiva, a rapidez de resposta, quer da DGAV, quer anteriormente, da APA neste processo complexo onde é necessário ter acesso a registos oficiais e que, em poucas horas, duas a três horas úteis, conseguem transmitir à Câmara de Ferreira do Alentejo todos estes dados solicitados. Convém lembrar que na reunião de câmara do passado 13 de maio, e após, verificação dos resultados das análises enviadas pela APA, verificou-se que os valores do azoto total e o fosforo total estavam acima do expectável, ultrapassando o bom estado ecológico. Este fenómeno de eutrofização pode levar ao crescimento de algas cianotóxicas, as quais são inapropriadas à água para consumo humano e consumo animal. Na altura solicitámos que fosse pedido quer à AZPO, quer à APA as análises, entretanto, aguardavam resultados aos solos afetados. Nesse preciso momento, a Câmara decidiu enviar informação em nosso poder para os serviços municipais de ambiente, para melhor explicação e aprofundamento desses valores. Passado este tempo, sendo um caso urgente que medidas e ações foram tomadas desde essa reunião de câmara?”.-----

-----Relativamente a este assunto o Senhor **Presidente** refere que a resposta da DGAV à Câmara Municipal até foi demorada, e que o vereador já vendo a resposta a uma insistência da câmara, tendo o pedido sido efetuado no mês de março ou abril, e que irá disponibilizar o mesmo podendo aí verificar as datas. Quanto à apreciação das análises da APA à água do barranco aguarda-se informação dos serviços. -----

-----O Chefe da DUOP esteve presente na reunião da câmara para apresentar o projeto de modernização da escola básica e secundária José Gomes Ferreira. Abordou também vários aspetos acerca do projeto de remodelação da piscina de ar livre, nomeadamente sobre o

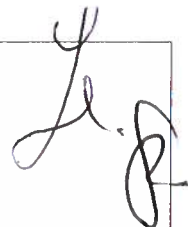
Lp

cronograma, o qual não faz parte do Caderno de Encargos mas sim da proposta vencedora. O Caderno de Encargos apenas tem o prazo.-----

-----O Senhor Vereador **João Português** referiu não concordar, face ao disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, segundo o qual deve ser inserido no Caderno de Encargos o prazo de execução das prestações objeto do contrato.-----

-----A vereação tomou conhecimento do projeto técnico e das explicações dadas pelo serviço técnico.-----

-----O Senhor Vereador **João Português** falou acerca do funcionamento da Assembleia Municipal e os representantes da AZPO. Foi recebido um email por parte da Assembleia Municipal com a informação das inscrições dos munícipes no período de intervenção do público, nas sessões da assembleia. O Senhor Vereador entregou um documento para que conste em ata, o qual se transcreve: “Na reunião do passado dia 29 de abril, os vereadores da CDU tomaram uma posição em relação à Assembleia Municipal decorrida, no dia anterior, sobre a forma como desenvolveram os trabalhos relativamente à participação do público, nomeadamente, a presença dos representantes da AZPO, ficando com a sensação que as intervenções em si não tinham cumprido os requisitos fundamentais. Solicitámos, na altura, a cópia das inscrições do público na assembleia em causa, elementos simples, mas que apenas nos foram entregues 62 dias depois e que vêm confirmar que, desde o início do atual mandato, todas as inscrições dos munícipes, cumpriram os requisitos previstos no regulamento, exceto a intervenção dos representantes da AZPO, cuja inscrição foi solicitada a 114 minutos antes da Assembleia, e sem identificar o tema, não cumprindo desta forma, a possibilidades de ser admitida. Como se pode verificar a nossa posição, em reunião de Câmara, teve fundamento e não teve qualquer intuito de caluniar cobardemente alguém. Esperemos, que no futuro, sejam seguidas as regras previstas no regimento da assembleia e que não andemos a reboque de agendas e de disponibilidades de terceiros, defendendo, desta forma equitativa e independente, os interesses das populações e garantindo a igualdade de tratamento de todos os munícipes e outros cidadãos. Por fim, queremos deixar claro, que não admitimos que qualquer eleito, independentemente do órgão autárquico que represente, teça qualquer comentário sobre os assuntos que os vereadores possam trazer à colação e discussão numa reunião da câmara. Nesta matéria compete-nos apenas a nós decidir quais os



assuntos que apresentamos, aqui, nesta mesa e neste órgão que sejam de interesse municipal".-----

-----O **Senhor Presidente** relativamente à intervenção da AZPO, refere que ainda bem que os mesmo foram à Assembleia Municipal, pois foram expor-se às questões dos membros da assembleia municipal num assunto de atualidade e de todo o interesse em que seja esclarecido, como é este da atividade da fábrica AZPO e das emissões das chaminés e das águas residuais. Qualquer pessoa ou entidade sempre teve abertura para vir à assembleia falar, o que na verdade é desejável. Acontece que, no anterior mandato, foi alterado o regimento tendo a intervenção do público dois momentos, o primeiro no início e o segundo no final a sessão, permitindo expor assuntos sem ter de aguardar por reuniões prolongadas, e é de opinião que todas as pessoas, independentemente de tudo, possam falar como público nas reuniões da assembleia municipal. Contudo, cabe à mesa da assembleia gerir esse assunto.-----

----Vendo o documento distribuído sobre as inscrições do público para uso da palavra nas reuniões da assembleia municipal, verifica que houve todo o tipo de formas de inscrição, inclusive até por telefone. Mais, até recorda que, pelo menos no anterior mandato, foi dada a palavra a elementos do público que a pediram, mesmo sem prévia inscrição e é de opinião que deve haver toda a liberdade de isto acontecer, na sua opinião pessoal, ainda que caiba à mesa da assembleia essa gestão. -----

-----A **Senhora Vereadora Armanda Salgado** fala acerca da mobilidade interna dos trabalhadores e o acesso à informação que aguarda. Assim, entregou um documento para que conste em ata, pelo que se transcreve: "Contrariamente àquilo que consta antes do período antes da ordem da ata n.º 14 de 24 de junho de 2026 acerca do ponto da situação da mobilidade interna dos trabalhadores, os vereadores da CDU ainda não tiveram acesso à totalidade de informação do Serviço de Recursos Humanos, apesar de ter sido solicitado constantemente a informação dos últimos três anos. Na reunião realizada a 25 de fevereiro, com o SARH, foi-nos entregue parte de documentação referente apenas ao ano de 2025. A cedência de informação aos vereadores da oposição é garantida por lei ao abrigo do "Estatuto do Direito da Oposição e do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013" e o Presidente da Câmara deve responder aos pedidos de informação no prazo máximo de 10 dias

úteis. Quando assim não acontece configura um caso claro de incumprimento por omissão. Desta forma, solicitamos, definitivamente, a entrega da documentação acima referida”.-----

----- O **Senhor Presidente** referiu que os vereadores têm acesso à informação, tanto assim que já reuniram com o serviço respetivo livremente. E que se pretendem mais informação podem lá voltar e que vai dar instruções ao serviço nesse sentido. Porém, volta a referir que as mobilidades dependem de decisão do presidente da câmara, o qual tem em conta o interesse público, e que não está vinculado a requerimentos das pessoas eventualmente interessadas. Acrescentou que há por vezes pedidos deste género que são meramente verbais, e que tem sempre em conta o interesse do melhor funcionamento dos serviços e não outros. Também referiu que têm havido diversos casos de mobilidade e que, como já tinha referido, brevemente mais alguns irão ocorrer, no despacho que está a preparar de afetação do pessoal à revisão da orgânica dos serviços municipais, do que dará cabal conhecimento à câmara oportunamente. -----

----- O **Senhor Vereador João Português** solicita o número de horas extraordinárias pagas, por serviço e por trabalhador, em 2025 e 2026.-----

-----A Senhora Vereadora **Maria Armanda Salgado** questionou qual o ponto de situação das respostas dadas aos munícipes que estiveram nas reuniões da câmara, no período de intervenção do público, nomeadamente os proprietários do Monte Chalaça, o munícipe Mário Vicente, o representante da associação Vida Cívica, o munícipe Henrique Cabaça e o proprietário do Monte Melro.-----

-----O **Senhor Presidente** refere que todos tiveram resposta com exceção dos proprietários do Monte Chalaça, porque foi pedido aos serviços um levantamento topográfico, que se aguarda. O proprietário do Monte Melro tem enviado alguns e-mails, tendo o Senhor Vereador José Costa respondido, pois o caminho que aqui é falado, ao contrário do argumentado, não é municipal, podendo ser, certamente, vicinal e assim não é da competência da câmara o seu arranjo, ainda que, todos os anos se façam campanhas de apoio ao mundo rural com ações de conservação deste tipo de caminhos, que poderá abranger o referido. De resto, as respostas aos munícipes Mário Vicente, e, Henrique Cabaça, foram efetuadas, por escrito, de que vai disponibilizar cópias. Quanto ao Vida Cívica ou Francisco Guia, foi disponibilizada uma reunião

com os serviços técnicos para acesso a todos os documentos que pretendia visualizar e obtenção dos esclarecimentos que pretendesse, o que efetivamente ocorreu. Quanto ao trabalho extraordinário, o Senhor Presidente refere que os serviços tratam do assunto dentro das regras e limites da lei, e que se irá solicitar aos mesmos a informação aqui requerida.-----

-----A.3 – RESUMO DE TESOURARIA-----

-----Foi apresentado o resumo diário de tesouraria do sete do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, o qual apresentava os seguintes saldos:-----

-----Orçamental: treze milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos.-----

-----Não Orçamental: trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e doze euros e quarenta e sete cêntimos.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Tomou conhecimento”.-----

-----B.1 – ATAS Nºs 13 E 14 DE 2026-----

-----Foram presentes os textos das atas indicadas, os quais foram previamente distribuídos a todos os elementos da Câmara, pelo que foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ata n.º 13 de 2026.-----

-----A Câmara municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: “Aprovada.”-----

-----Ata n.º 14 de 2026.-----

-----A Câmara municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte: “Aprovada.”-----

-----B.2 – APOIO ÀS FREGUESIAS-----

----(474) – Através do registo externo n.º 7414/2026, a Freguesia de Peroguarda enviou um e-mail a solicitar, ao abrigo da norma VI-15 do Protocolo de Descentralização de Competências, o apoio para a aquisição de uma viatura.-----

----Cabimento em anexo.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado conforme o protocolo.”-----

----(475) – Através do registo externo n.º 7719/2026, a Freguesia de Figueira dos Cavaleiros enviou um e-mail a solicitar a cedência do Pórtico da Câmara Municipal para ser utilizado na Feira do Melão, a realizar nos dias 31 de julho e 1 e 2 de agosto de 2026.-----

----A Senhora Vereadora autorizou o pedido e remeteu à reunião da câmara.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado. Remeter à Assembleia Municipal.”-----

-----B.3 – EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO-----

----Foram presentes à reunião da câmara, os processos de obras que incluem pareceres técnicos emitidos pela Divisão de Urbanismo e Obras Públicas:-----

----(476) – **Primeiro:** Processo: I-EDI 14/2026, referente a construção de garagem em Figueira dos Cavaleiros; Pedido de aprovação: deferimento (cumprir com parecer).-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Deferido devendo cumprir com o parecer técnico.”-----

----(477) – **Segundo:** Processo: PL-LEG 15/2026, referente a legalização de habitação em Olhas; Pedido de aprovação: deferimento.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Deferido.”-----

----(478) – **Terceiro:** Processo: PL-LEG 13/2026, referente a legalização de alterações em habitação em Ferreira do Alentejo; Pedido de aprovação: deferimento.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Deferido."-----

-----**(479) – Quarto:** Processo: L-ALT 1/2026, referente a obras de alteração de habitação em Ferreira do Alentejo; Pedido de aprovação: aprovação (arquitetura).-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Aprovado devendo cumprir com os pareceres técnicos."-----

-----**(480) – Quinto:** Processo: O-ESP 2/2026, referente a construção de duas habitações em Odivelas; Pedido de aprovação: deferimento.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Deferido."-----

-----**(481) – Sexto:** Processo: L-ACE 3/2025, referente a instalação de unidade de compostagem em Figueira dos Cavaleiros; Pedido de aprovação: CPA.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Ouvir o requerente sobre a Intenção do indeferimento nos termos do CPA."-----

-----**(482) –** Através do registo externo n.º 7359/2026, foi enviado um e-mail a solicitar vistoria por parte da Câmara Municipal em imóvel que está a afetar as condições de habitabilidade do imóvel contíguo. Perante os factos, os serviços consideram importante a identificação do proprietário do imóvel para concretização de obras de manutenção e conservação, bem como uma avaliação do estado do imóvel pelos técnicos qualificados para o efeito. O Chefe da DUOP informou que a realização de obras coercivas nos termos do RJUE é precedida de vistoria a realizar por três técnicos da câmara municipal e que da realização da mesma e respetivo fundamento é notificado o proprietário com sete dias de antecedência.-----

-----Em anexo o relatório completo dos serviços.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Proceder à Vistoria."-----

-----**(483) –** Através do registo externo n.º 7991/2026, foi remetido requerimento a solicitar o emparcelamento de dois prédios rústicos.-----

-----Os serviços de arquitetura da DUOP pronunciam-se favoravelmente.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Deferido."-----

-----**(484)** – Através do registo interno n.º 3553/2026, a DUOP informou relativamente a um requerimento na plataforma SIR. A empresa em questão requereu na plataforma SIR (Industria Responsável) a alteração de titulares da licença de exploração, tratando-se de um estabelecimento industrial de produção de azeite, que são de classificação tipo 3, e a entidade coordenadora é a Câmara Municipal onde se localiza o estabelecimento.-----

-----Os serviços da DUOP pronunciaram-se favoravelmente e informaram que deverá ser criada uma informação para cada pedido apresentado no SIR de modo a que o executivo tenha conhecimento do mesmo.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Deferido."-----

-----**B.4 – SERVIÇOS NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS E CREMAÇÕES**-----

-----**(485)** – O Serviço de Atendimento e Recursos Humanos - SAM, através do registo interno nº 5220/2026, remeteu o seguinte, tal como se transcreve: -----

-----"Nos termos e para cumprimento do estipulado no nº 3 do artº 35º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, remete-se a relação dos processos, relativos a requerimentos cujo ato de deferimento / indeferimento é da competência da Câmara Municipal. No entanto pelo caráter de urgência da sua conclusão, a Srª Vereadora Cláudia Pirocas, deferiu os atos e remeteu à reunião da Câmara para ratificação".-----

-----Anexada relação dos despachos que ficam junto aos documentos da reunião.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Ratificados os despachos". -----

-----**B.5 – APOIO A ENTIDADES E ATIVIDADES DIVERSAS**-----

-----**Contratos Programa**-----



----(486) – **Primeiro:** Através do registo interno nº 4236/2026, foi remetido pela Divisão de Cultura a proposta do contrato programa a celebrar com o Grupo Coral “Desfrutar Destinos”.-----

----Cabimento em anexo.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado.”-----

----(487) – **Segundo:** Através do registo interno nº 4881/2026, foi remetido pelo SELPD a proposta do contrato programa a celebrar com os SingaRunners.-----

----Cabimento em anexo.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado.”-----

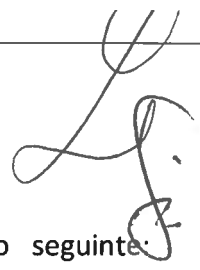
----(488) – Através do registo interno n.º 4309/2026, foi informado pela Divisão de Cultura que a Associação Cultural “Baú dos Talentos”, cujo contrato programa foi aprovado na reunião da câmara municipal do dia 22 de abril de 2026, solicitou apoio financeiro para a aquisição de uma mesa de som. Os serviços informaram que este pedido se inclui no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, nomeadamente no programa de desenvolvimento para a modernização e autonomia associativa (*artigo 9.º, n.º 2 alínea e*), onde se prevê a atribuição de apoio para suportar os custos inerentes à aquisição de materiais e equipamentos específicos da atividade exercida pelas Associações.-----

----Cabimento em anexo.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado.”-----

----(489) – Através do registo externo n.º 6521/2026, a Associação Cultural “Desfrutar Destinos” enviou um e-mail a solicitar, nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, apoio para a aquisição de uma viatura no valor de 17.500€-----

--- Cabimento em anexo.-----



----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Aprovado."-----

----**(490)** – Através do registo externo n.º 8189/2026, a Associação dos Antigos Alunos do Externato Nun'Álvares enviou um e-mail a solicitar a isenção das taxas de utilização do salão multiusos, na sequência do pedido de utilização já efetuado.-----

----A Senhora Vereadora Cláudia Pirocas autorizou a cedência do salão e remeteu à reunião da câmara para deliberação quanto à isenção de taxas.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal não participou na discussão e votação. -----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Deferido."-----

----**(491)** – Através do registo externo n.º 7599/2026, foi enviado um e-mail pelo Partido Socialista de Ferreira do Alentejo a solicitar a cedência do uso da sala do auditório do Museu Municipal para o dia 17 de junho.-----

----A Senhora Vereadora Cláudia Pirocas deferiu o pedido e remeteu à reunião da câmara para efeitos de ratificação.-----

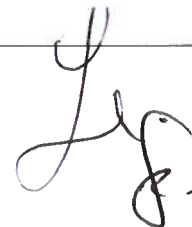
----O Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Costa não participaram na discussão e votação.-----

----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Ratificado."-----

----**(492)** – Através do registo externo n.º 7979/2026, foi enviado um e-mail pelo Partido Socialista de Ferreira do Alentejo a solicitar a cedência do uso da sala do auditório do Museu Municipal para o dia 25 de junho.-----

----A Senhora Vereadora Cláudia Pirocas deferiu o pedido e remeteu à reunião da câmara para efeitos de ratificação.-----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Costa não participaram na discussão e votação.-----



-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Ratificado."-----

-----**B.6 – DIREITOS DE PREFERÊNCIA**-----

-----Foi enviada a listagem de pedidos de direito de preferência a remeter à reunião da câmara do dia 8 de julho de 2026:-----

-----**(493) – Primeiro:** Registo externo n.º 4369/2026, sito em Ferreira do Alentejo por €398.000;-----

-----**(494) – Segundo:** Registo externo n.º 7706/2026, sito em Odivelas por €105.000;-----

-----**(495) – Terceiro:** Registo externo n.º 7796/2026, sito em Ferreira do Alentejo por €125.000;-----

-----**(496) – Quarto:** Registo externo n.º 7799/2026, sito em Ferreira do Alentejo por €125.000;-----

-----**(497) – Quinto:** Registo externo n.º 8004/2026, sito em Fortes por €320.000;-----

-----**(498) – Sexto:** Registo externo n.º 8045/2026, sito em Fortes por €80.000;-----

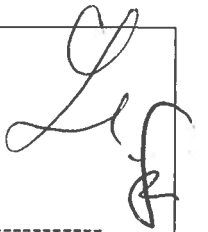
-----**(499) – Sétimo:** Registo externo n.º 8046/2026, sito em Fortes por €240.000;-----

-----**(500) – Oitavo:** Registo externo n.º 8054/2026, sito em Olhas por €40.500;-----

-----**(501) – Nono:** Registo externo n.º 8106/2026, sito em Santa Margarida por €90.000;-----

-----**(502) – Décimo:** Registo externo n.º 8120/2026, sito em Ferreira do Alentejo por €80.000;-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Aprovada a listagem, não havendo por parte da Câmara Municipal interesse em exercer o direito de preferência. Ratificados os despachos respetivos."-----



-----**B.7 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO**-----

-----No âmbito do Regulamento Geral do Ruído, foram remetidos requerimentos de licenciamento para licença especial de ruído, bem como a respetiva isenção de taxas.-----

-----**(503) – Primeiro:** Entrada externa n.º 7569/2026; Requerente: Portão Alentejano, para o dia 26 de junho.-----

-----A Senhora Vereadora Cláudia Pirocas deferiu o pedido.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Ratificado.”-----

-----**B.8 – TRÂNSITO**-----

-----**(504)** – Através do registo externo n.º 7578/2026, o Portão Alentejo enviou um requerimento a solicitar o encerramento do troço inicial da Rua Movimento das Forças Armadas para o dia 26 de junho de 2026, assim como a respetiva isenção de taxas.-----

-----A Senhora Vereadora Cláudia Pirocas deferiu o pedido.-----

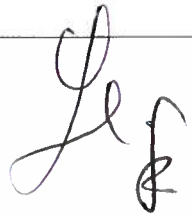
-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Ratificado.”-----

-----**B.9 – PAGAMENTO A PRESTAÇÕES**-----

-----Nos termos do artigo 10.º, nº1 do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços foram remetidos requerimentos referentes ao pagamento da fatura de fornecimento de água em prestações mensais, os quais estão devidamente instruídos.-----

-----Listagem de pedidos de pagamento da fatura de fornecimento de água em prestações mensais a remeter à reunião da câmara do dia 8 de julho de 2026.-----

-----**(505) – Primeiro:** Entrada externa n.º 8415/2026;-----



-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte:
"Aprovado."-----

-----**B.10 – NINHO DE EMPRESAS**-----

-----**B.10.1 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL**-----

-----**(506)** – Através do registo interno n.º 5153/2026, o Serviço de Desenvolvimento e Habitação informou que uma empresa instalada no Ninho de Empresas e cujo contrato já terminou, manifestou interesse em permanecer no espaço por mais 12 meses.-----

-----Os serviços informaram que não existe impedimento à aprovação do pedido de prorrogação.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Aprovado o pedido de prorrogação e a minuta do contrato."-----

-----**B.10.2 – CANDIDATURA A INSTALAÇÃO NO NINHO DE EMPRESAS**-----

-----**(507)** – Através do registo interno n.º 5152/2026, o Serviço de Desenvolvimento e Habitação remeteu informação referente à candidatura por parte de uma empresa para a instalação no Ninho de Empresas.-----

-----Conforme análise, a empresa obteve pontuação suficiente para que lhe possa ser atribuída uma box para a sua instalação, pelo que se solicita a aprovação em reunião da câmara da candidatura e da minuta de contrato.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Aprovada a candidatura e a minuta do contrato."-----

-----**B.11 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**-----

-----**(508)** – Através do registo interno n.º 2835/2026, foi remetido pelos serviços o Parecer Prévio Vinculativo para a Contratação de Prestação de Serviços em Regime de Contrato de Avença, na área da Engenharia Eletrotécnica.-----

-----Para apreciação e deliberação.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou o seguinte: "Aprovado o parecer prévio vinculativo."-----

-----**B.12 – PDM. ALTERAÇÕES NO ÂMBITO DA DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL**-----

-----**(509)** – Através do registo externo n.º 7427/2026, foi remetido pela RTGeo – Planeamento e Ordenamento do Território a proposta referente à 1.ª alteração da REN de Ferreira do Alentejo.-----

-----Os serviços informaram que a alteração proposta resulta da identificação de algumas incompatibilidades entre a REN e os perímetros urbanos de algumas povoações do concelho, assumindo a RTGeo a responsabilidade pela realização das correções, não sendo necessário qualquer tipo de pagamento.-----

-----Propõe-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de enviar à CCDR a proposta da 1.ª alteração da delimitação da REN municipal.-----

-----A Câmara municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Para a próxima reunião."-----

-----**C. – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não houve.-----

-----**D. – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA**-----

-----Para efeitos de execução das deliberações, tomadas na reunião desta Câmara Municipal, foi aprovada, por unanimidade, a minuta da ata.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, e quando eram dezassete horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, Sónia J. J. Amoral, Chefe do Serviço Jurídico e Institucional, a redigi e subscrevi. -----

O Presidente da Câmara,



Luís António Pita Ameixa